

A População e Ocupação Pré-Romana da Bacia Média do Douro - Os Vaceos

Carmen Dolores Franco Gonzalez

1. A Origem do Povo Vaceu

Os Vaceus têm origem céltica, com raízes próximas das dos outros grupos de proveniência centro europeia, escasseando sobre eles os restos arqueológicos, as fontes literárias, epigráficas e funerárias, o que tem dificultado o estudo profundo deste povo.

Ocupando o vale médio do Douro e tendo por habitat as cercanias dos vales e rios, apresentam formas sócio-económicas que os diferenciam dos povos vizinhos.

1.1. Os Protovaceus

Entre os séculos VIII e VII a.C. coincidem as remotas entradas dos Celtas na meseta norte, com a datação dos restos arqueológicos, que serviram de fundamento a alguns costumes dos vaceus (GONZALEZ-COBOS, 1989, 24).

Um modo de vida protovaceia na bacia média do Douro, datado com certa probabilidade entre 750 e 650 a.C. (GONZALEZ-COBOS, 1989, 29) era baseado na agro-pecuária, incrementada nos vales de terras férteis, próximo dos rios. Os restos de cerâmica são abundantes em consonância com uma agricultura primitiva, em que predomina o cultivo de cereais de carácter nómada que lhes permitia uma exploração contínua e racional do solo, característica própria dos povos que evidenciam o mesmo género de vida primitiva. A exploração agrária apresenta uma estrutura comunal que há-de perdurar inclusive em tempo da conquista romana (GONZALEZ-COBOS, 1989, 28).

Os rios, corredores naturais e principais vias de comunicação, permitiram-lhes contactos culturais com outros povos através do intercâmbio comercial.

Apresentam uma índole mais pacífica que os povos vizinhos, demonstrada pela realização de pactos, o que explica a escassez de castros e outras fortificações nessa área.

Quanto a outra característica da sua cultura que é o rito funerário, apesar da escassez de informação, é provável que praticassem a inceneração e deposição do espólio humano em urnas de

cerâmica, que era introduzido numa cova no solo, com excepção das crianças que eram inumadas no solo das habitações (GONZALEZ-COBOS, 1989, 28).

2. O estabelecimento do Povo Vaceu no Vale do Douro

A insuficiente investigação e os reduzidos dados arqueológicos contribuem para que o processo de formação dos povos pré-romanos da Península Ibérica seja pouco claro.

É um facto que os primeiros dados históricos que possuímos acerca dos povos da meseta correspondem a uma época tardia dentro do desenvolvimento dos mesmos (DOMINGUEZ MONEDERO, 1986-87, 43).

Sabemos através da arqueologia e da linguística que cerca dos séculos IX ou VIII a.C., se deve ter dado na Europa um movimento de povos, provavelmente muito complexos na sua constituição sanguínea, mas fundamentalmente indogermânicos que habitavam no ocidente da Alemanha (região renana) e depois de atravessarem a França algumas das suas hordas deverão ter penetrado isoladamente em Espanha.

Parece que estes «indogermanos» provavelmente ainda «não celtas» em sentido restrito chegaram em pequena quantidade a julgar pelo facto aparente de que foram absorvidos pela população indígena preexistente. A eles se atribuem alguns topónimos terminados em — *Dunum* e em *Acum*. O tipo dos seus enterramentos são os designados «campos de urnas» (GARCIA Y. BELLIDO, 1953, 54-55).

A cronologia atribuída a estas primeiras vagas é discutível e variável entre 800 e 650 a.C., verificando-se o auge destas modificações e mobilizações étnicas por volta de 650 a.C.. Integravam-nas povos estabelecidos nas colinas que emergem das planuras europeias, desde o Reno ao Danúbio, e viviam da criação de gado e agricultura, sendo muito dados à guerra e ao bandoleirismo. O conhecimento do uso do ferro determinou a sua expansão para Este até à Índia e para Oeste, influenciando culturalmente os povos indígenas desde a Alemanha ao Atlântico.

Estabeleceram-se na margem direita do médio Ebro e no alto Jalón, iniciando entre eles os contactos e as primeiras formações do que serão posteriormente povos conhecidos pelos Romanos como os Pelëndones ou os Berones (GONZALEZ-COBOS, 1989, 32).

Na península aumenta a utilização dos objectos de ferro, passando de pequenos objectos domésticos ou defensivos, até às famosas espadas de antenas ou, já em tempo de conquista romana, a espada celtibérica, que seria adoptada pelo exército romano com o nome de *Gladius Hispaniensis* (MARTIN VALLS, 1984, 104-131).

Outro elemento importante nestas culturas, além dos enterramentos designados por «campos de urnas», são as inumações em túmulos ou o costume de expôr os cadáveres dos guerreiros nos pontos altos para que os abutres os comam (GONZALEZ-COBOS, 1989, 30).

Uma penetração centro europeia posterior à dos «campos de urnas» aparece por volta do século VI a.C. (GARCIA Y. BELLIDO, 1953, 55) podendo-se datar a partir de 650 a.C. (CARO BAROJA, 1946, 94).

Esta grande vaga étnica e supostamente linguística constitui o chamado «grupo Belga», sendo a sua cronologia mais verosímil os séculos VI-V a.C. (GONZALEZ-COBOS, 1989, 33).

Deles podem ser testemunho os Arevacos, Belos, Titios, «Suessiones», Autrígonos, Carístios, «Nerviones», Vaceus e outros adivinháveis na toponímia menor antiga e moderna, mas de provável origem antiga (GARCIA Y. BELLIDO, 1953, 56).

O grupo mais importante do «Belgas» os Bellovaci, estavam divididos em vários ramos, os Belos, ocuparam o Alto Ebro e o Vale Superior do Jalón; os Titios estabeleceram-se nos campos de Alcala até ao Tejo e a família Vaceia, pressionando os Pelêndones, ficava situada no Vale do Douro, sendo a mais influente a agrícola.

O grupo menos poderoso é essencialmente pastoril e estabelece-se a oriente como indica o seu nome de Arevacos ou Vaceus do Leste.

Mas os Vaceus quer sejam de origem Belga ou simplesmente Celta, distinguem-se nitidamente dos demais povos ou etnias circundantes, pelo seu modo de vida singular, e surgem nas fontes, tantos literárias como epigráficas, com uma fisionomia clara e distinta, desconhecendo-se a origem exacta e determinada deste povo, bem como o significado do seu nome (GONZALEZ-COBOS, 1989, 33-34).

Estes povos, veículos de uma civilização mais avançada, chegaram a impor a sua onomástica, religião, toponímia, usos e talvez a sua língua, aos povos indígenas preexistentes nos lugares onde se fixaram como elementos dominadores (GARCIA Y. BELLIDO, 1953, 58).

Ainda que seja muito provável que os Vaceus se tenham estabelecido nas «terras de campos», pelos seus conhecimentos mais profundos da agricultura de sequeiro, e tenham reformado o sistema produtivo com o uso do ferro, há que contar com a actividade e presença dos indígenas que transmitiram aos estrangeiros especificidades dos seus costumes e do seu meio (GONZALEZ-COBOS, 1989, 34).

Hoje em dia achamo-nos longe do recurso às invasões, para explicar qualquer modificação cultural ou qualquer diferença entre os materiais dos níveis arqueológicos sucessivos, e estamos mais inclinados a ver nestas transformações uma série de contactos, não forçosamente bélicos, que permitiram uma assimilação cultural, frequentemente mútua, embora não se possa negar a existência de movimentos de populações mais ou menos intensas que produziram incontestáveis modificações nos territórios que as ditas populações em movimento ocupam.

A influência em todo o caso, dos povos indo-europeus pode ter-se centrado na introdução de inovações técnicas necessárias para o desenvolvimento de uma agricultura mais rentável, mas o que não se pôde produzir foi a imposição da sua super estrutura político-económica incompatível com o sistema económico do colectivismo agrário dos Vaceus (DOMINGUEZ MONEDERO, 1986-87, 475).

Do ponto de vista étnico radical é bastante óbvia a influência intensa de povos centroeuropeus, e tão pouco faz falta averiguar a década ou centuria concreta para o aparecimento dos Vaceus como grupo «formal» pois é no encontro dos distintos povoadores na adaptação à terra e ao clima, na confrontação político-comercial ou guerreira e defensiva, que vai surgindo o modo de vida dos vaceus (GONZALEZ-COBOS, 1989, 35).

3. A Sociedade Vaceia — Características, Actividade Económica e Costumes

Os Vaceus estabeleceram-se na bacia média do Vale do Douro, rio que possuía aquando da sua fixação na região um caudal mais abundante que o actual, sendo navegável até Numância.

Segundo as fontes clássicas (SCHULTEN, 1922-52, 77), na região vaceia existiram bastantes bosques espessos inclusivé à volta das cidades, pois neles se podem esconder exércitos, mas não intransitáveis, já que dão passagem aos mesmos, havendo também áreas desarborizadas e, por outro lado a natureza da caça de que frequentemente se alimentam os invasores, favorecida pela abundância dos bosques traz mais luz a esta descrição da região vaceia (GONZALEZ-COBOS, 1989, 37).

O seu sistema económico, descrito por Diodoro é o colectivismo agrário, forma sócio-económica que os diferencia dos seus vizinhos.

«Entre os povos vizinhos dos Celtiberos, um dos mais adiantados é o dos designados Vaceus. Estas gentes repartem anualmente a terra que possuem entre os seus membros, repartindo a colheita segundo a necessidade de cada um, condenando à morte a quem oculte ou guarde para si o que não lhes corresponda» (DIODORO, V, 34, 3).

À primeira vista parece que efectivamente a propriedade da terra e os frutos da mesma pertenciam a toda a comunidade acima das facções e subfacções existentes. Ainda que admitissemos este facto, dificilmente poderemos assegurar que houve uma distribuição equitativa, isto é, de partes iguais de riqueza agrária entre os membros do grupo; esta consideração levar-nos-ia a pensar que houve um igualitarismo económico, que desmente outras fontes, e que o predominante era o indivíduo, o que está em aberta contradição com o sistema gentílico de que há provas suficientes. Que entre os Vaceus houve uma diferenciação social, confirma-o o facto de que quando Aníbal sitiava Helmántica foram os homens de condição livre que parlamentaram com ele ficando no interior da cidade os escravos e toda a sua riqueza (JAVIER LAMAS, 1989, 94).

Parece que quando Aníbal ataca Salamanca os habitantes de condição livre deixam dentro — além das riquezas e das armas — os escravos. Isso demonstra a existência de dois tipos de cidadãos nesse que foi em tempos cidade vaceia (GONZALEZ-COBOS, 1989, 39).

Portanto se a economia agrícola dos vaceus tivesse sido tão igualitária, não deveria ter existido nenhum género de classes sociais (CARO BAROJA, 170).

A cultura vaceia caracteriza-se pois por uma agricultura desenvolvida que se estende por terra ao Norte do Douro principalmente, ainda que também encontremos em tona a Canca, o que nos permitiu acumular um excesso de produção que investiram na indústria bélica ajudando os Arévacos a abastecer-se do mineral para o fabrico das suas armas, o mesmo que acontecera com a minoria vaceia entre os Vetões, ainda que suponhamos que o excedente de produção viria da sua cultura fundamentalmente criadora de gado (JAVIER LAMAS, 1980, 94).

Mas outro aspecto de actividade económica é a criação abundante de gado, ovino e cavalar, embora não tenha sido tão intensa como entre os Asturos, os Celtiberos ou os Lusitanos (GONZALEZ-COBOS, 1989, 39).

Se a região dos Vaceus é essencialmente produtora de cavalos, não é menos certo que a actividade pastoril teve de ter importância económica neste povo. Lúculo recebeu dos Caucenses em 151, além das renas e 100 talentos de prata, a sua cavalaria. Os habitantes de Intercatia tiveram de entregar gado e 10.000 sagos e os de Pallantia ofereceram-lhe dura resistência graças à sua cavalaria.

Observemos que se trata de três cidades situadas em terrenos aptos para a agricultura e que se apresentam com uma indústria, em que se combinam as actividades pastoris com as agrícolas que Diodoro nos transmite e que ficam patentizados no abastecimento aos Numantinos nos duros anos em que sofreram o assédio romano, pelo que tanto Emílio Lápido como Escipiai continuamente arrasaram os seus campos. Se esta indústria mista se desenvolvia em terras de pão, a actividade pastoril e a indústria derivada principalmente a textil, constituir-se-ia onde as condições edáficas e climáticas não permitissem cultivos minimamente rentáveis (JAVIER LAMAS, 1980, 94).

Os Vaceus situados nas terras aluviais junto aos vales dos rios, vias naturais de comunicação, na *Tierra de Campos*, cuja estrutura económica mereceria um estudo a fim de extrair deduções sobre a «prehistória» da propriedade agrária, que tantas transformações sofreu na reconquista e que condicionou o desenvolvimento dos habitantes desta fértil zona (GONZALEZ-COBOS, 1989, 39).

Quando a conquista romana acaba sufocando os últimos focos de resistência indígena, terão acabado com um largo período de desenvolvimento autóctone que tinha permitido o aparecimento de uma inteligente economia de base agrícola, que fez com que a sociedade vaceia se visse livre do bandoleirismo, que alcançou umas altas cotas entre os seus vizinhos, sendo os Vaceus obviamente o objectivo preferido das razias e correrias, o que igualmente demonstra a originalidade do sistema e a sua não dependência, em absoluto, na sua origem e estabelecimentos dos praticados pelas comunidades circundantes o que nos fala, desta forma, de uma relativa «excepcionalidade do povo Vaceu dentro do conjunto dos povos pré-romanos da meseta durante a Idade do Ferro (DOMINGUEZ MONEDERO, 1986-87, 474).

Seria interessante descobrir a vida comercial destes povos pré-romanos. Isto permitiria o conhecimento das redes viárias inter-étnicas de que se aproveitaram os conquistadores.

O comércio dos Vaceus com os seus vizinhos, essencialmente povos pastores, era intensíssimo,

confirmam-nos alguns dados que falam de ajuda cerealista aos vizinhos e intercâmbio comercial dos seus produtos agrícolas por outros úteis ou alimentos que lhes escasseavam (GONZALEZ-COBOS, 1989, 42).

Os Vaceus tinham um espírito pacifista, ilustrado pelas fontes literárias, que explica a sua tendência para o comércio, para a realização de uma política de pactos com os Romanos e para uma relação de ajuda solidária com os povos vizinhos, fornecendo-lhes mantimentos para as suas guerras. Este povo pratica a exogamia, que contribuiu para a relativa rapidez com que os Vaceus ficaram romanizados, uma vez terminadas as guerras celtibéricas (GONZALEZ-COBOS, 1989, 41-42).

Quanto aos ritos funerários os Vaceus seguem a tradição dos Celtiberos embora realizem os seus ritos fúnebres e mantenham as suas necrópoles nas zonas baixas, enquanto aqueles executam os seus enterramentos nos montes (MARTIN VALLS, 1985, 127).

4. A Cartografia: Limites do território Vaceu

Os Vaceus têm sido um dos grupos peninsulares menos estudados, o que leva ao estudo de fontes literárias e históricas dos Clássicos, atender aos restos arqueológicos investigados e ao testemunho epigráfico.

Todos estão de acordo em delcarar como centro da vida vaceia o que hoje se conhece ainda como «Tierra de Campos» (GONZALEZ-COBOS, 1986, 43).

A área dos Vaceus englobaria fundamentalmente a província actual de Valladolid, mais os territórios circundantes de Palencia, Léon, Zamora, Ávila (desde Arévalo), Segóvia e Burgos (MANGAS, J. et alli, 1985, 53).

O território dos Vaceus estabelece, pelos seus confins meridionais, o mesmo problema dos setentrionais dos Arévacos, uma vez que são vizinhos de outro povo, os Vetões a quem submeteram e deixaram confinados a ambas as vertentes da Serra de Grades e Gata. A fronteira nordeste parece seguro situá-la a oriente do rio Odra, uma vez que nesse ponto temos um Treviño, Villa Hizan de Treviño, transformação de um *Trifinium*, limite de 3 povos que são os Vaceus, Turmogos e Cântabros, temos além disso Itero del Castillo (el Fituroi do poema de Fernau Gonzalez), águas abaixo do Odra e já em terras dos Turmogos, o seu limite extremo e a cidade vaceia de Autre que, junto com Segisama Iulia, são as mais orientais. Seguiu a raia fronteira até à confluência do Arlanza com o Arlazón para continuar a ponte de Peñas de Cervera, com Randa e Pintia, como as cidades mais extremas por esta parte até alcançar a Serra de Ayllón. Pelo Norte pertenceriam aos Vaceus as bacias dos afluentes do Pisuerga até Esla, com Pallantia como a cidade mais extrema por esta parte noroeste, cuja margem esquerda marcaria o limite com os Astures até fundir as suas águas com as do Douro que, desde aqui assinalaria os limites.

Das fontes geográficas e históricas se infere que os Vaceus se expandiram pelo Sul, até ao limite fronteiro com os Vetões controlando as melhores terras ganadeiras ao Sul do Douro e reduzindo-as nas proximidades do sistema Carpetovetónico; assim se explica que cidades como Salmantica que aparece como Veceia durante os anos da conquista não as registre Ptolomeu como dos Vetões no século II d.C.

Vemos aqui o mesmo fenómeno que observamos ao tratar de Arévacos e Pelêndones, um povo estabelecido nas altas terras da Meseta Ocidental, vê-se invadido por outro recém-chegado, a que estende as suas terras e influências até dominar toda a bacia do Douro desde as terras burgalesas até as salmantinas, e que inclusive podemos supor como aristocracia ou classe dirigente que se impõe sobre os Vetões, sendo os principais beneficiários do seu horizonte cultural (BLÁSQUEZ et alli, 1980, 91—92).

4.1. Limite Norte

É o limite mais fácil de assinalar, ainda que a mantenha devido às características essencialmente agrícolas deste povo seria uma divisão bastante dútil e ampla.

A mais clara referência limítrofe vem do povo que habitava ao Norte dos Vaceus, ou seja os Cantabros (GONZALEZ, E. CHEGARAY, J, 1966, 152). Ao Sul destes, distintas fontes citam os Autrigones, os Turmodigos e Vaceus. Sabemos que os primeiros foram deslocados até ao mar e que o seu território foi ocupado parcialmente pelos últimos. Aos segundos os encontraremos no lado oriental dos Vaceus.

4.2. Limite Oeste

O Douro e seus afluentes seriam logicamente limite dos povos primitivos. Com efeito, seguindo a trajectória do Douro até um dos seus importantes afluentes encontrar-se-ia a fronteira entre Astures e Vaceus.

O rio Astura referido por San Isidoro (SCHULTEN, 1922-52, 96) seria o rio Esla, que formava o limite noroeste entre Vaceus e Astures, apesar dos movimentos Astures, que provocariam bastantes flutuações no seu território Benavente, que se pode equiparar a *Brigeco*, seria uma cidade fronteira entre Vaceus e Astures.

Ptolomeu (2, 6, 31) recorda uma *Intercatia*, cidade dos Ormiacos. Haveria várias interpretações deste texto, sendo a mais verosímil a que os Ormiacos segundo se citam no pacto dos Zoelas, possuíram uma cidade chamada *Intercatia*, mas esta não foi a *Intercatia Vaceia*, que a maioria situa em Villapalando ou nas suas proximidades.

Observando o limite até Benavente, o seu prolongamento setentrional seguiria as incidências do Esla até à sua cabeceira. Ficam dúvidas sobre os problemas de Monsilla de las Mulas, predominantemente Astur, ainda que seja possível que outras cidades dos arredores dos rios, servissem de vizinhança entre Vaceus e Astures (GONZALEZ-COBOS, 1986, 45).

4.3. Limite Sul

O limite Sul ocidental era o que separava Vetões de Vaceus, isto é uma linha aproximada que desde Segóvia com as desembocaduras do Esla, passando por Villacastin, Adanero, Madrigal de las Altas Torres e Fuentesauro (MANGAS, J. e SOLANA, J, 34).

Se aceitarmos o testemunho de Ptolomeu que concede aos Vaceus *Saravis* convertida logo em Sarabia, mansão romana da «via de la plata» entre Astorga e Mérida, a raia continuaria desde Fuenteseúco, actual limite entre as províncias de Zamora e Salamanca, ou seja, cerca do Cubo del Vino, que é onde se colocaria a *Sarabia* romana.

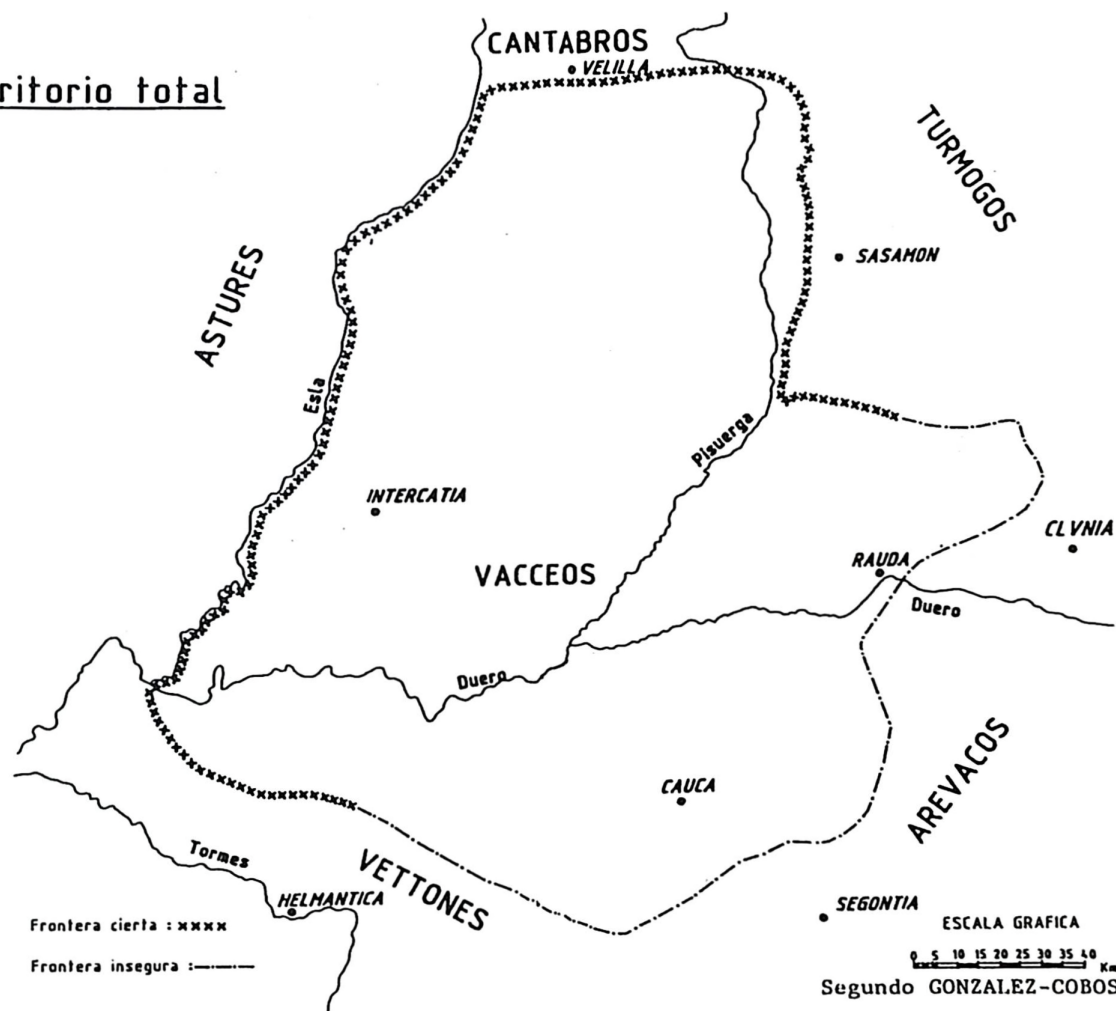
A fronteira unir-se-ia com a desembocadura do Esla no Douro, sendo os Vetões os que habitavam no centro da bacia do Tormes por esta vertente, deixando sempre os Vaceus na bacia média do Douro, onde todas as fontes os situam (GONZALEZ-COBOS, 1986, 49).

4.4. Limite Este

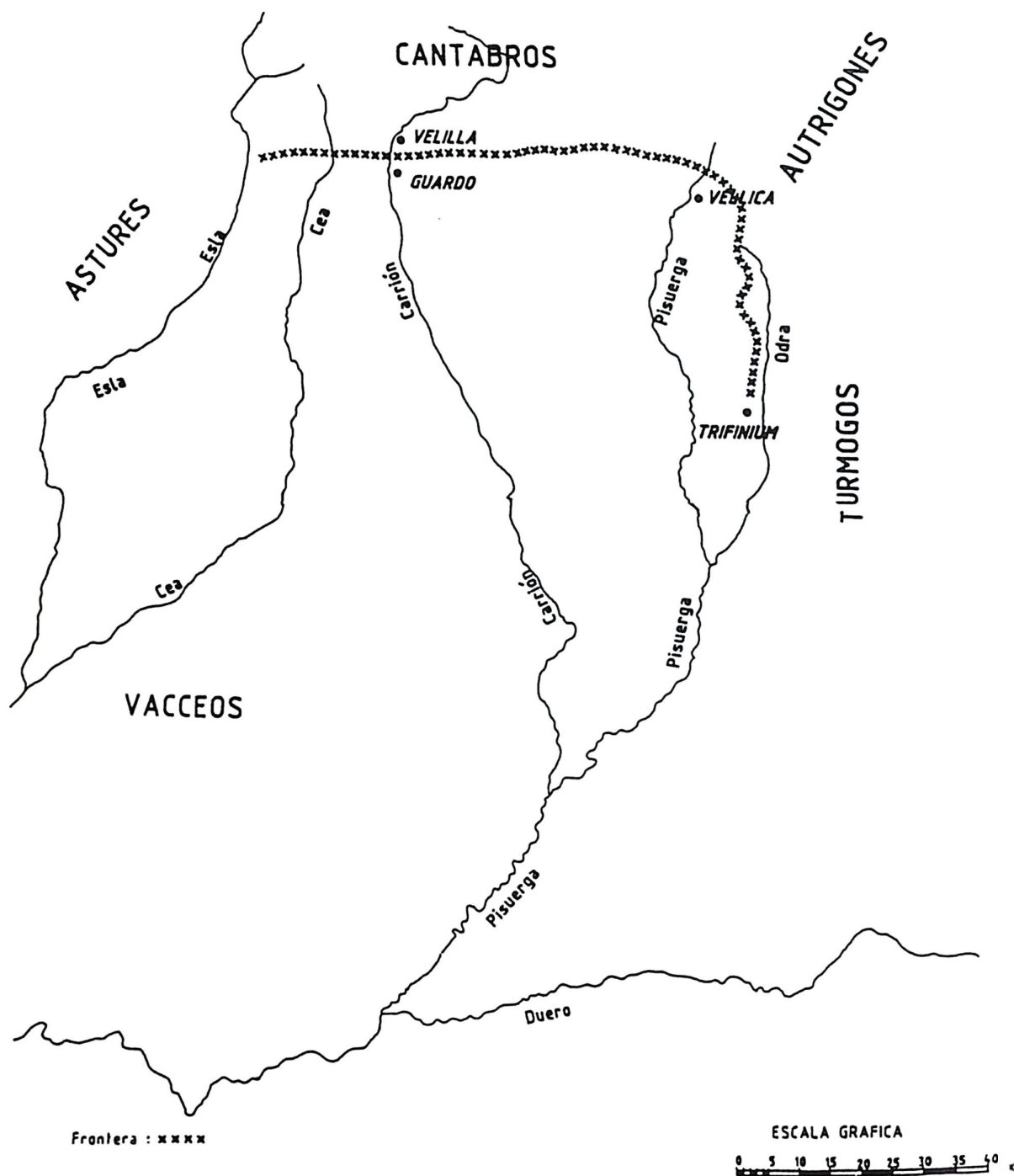
Há falta de dados para fixar a fronteira oriental. Os Turmídogos e os Arévacos eram os povos vizinhos a Este. Possivelmente o limite seria a partir de *Vellica*, deixando a Este *Segisamo* (Sesámon, em Burgos) e continuaria pelas proximidades do Roa, chegando até Cauca (em Segóvia).

Portanto o Este Vaceu ia desde as proximidades do oriente de Roa até enlaçar com a zona média entre Coca e Segóvia, na actual localização e que Plínio atribui aos Arévacos do posterior Convento Cluniense (SALINA DE FRIAS, 1981, 76 e ss.).

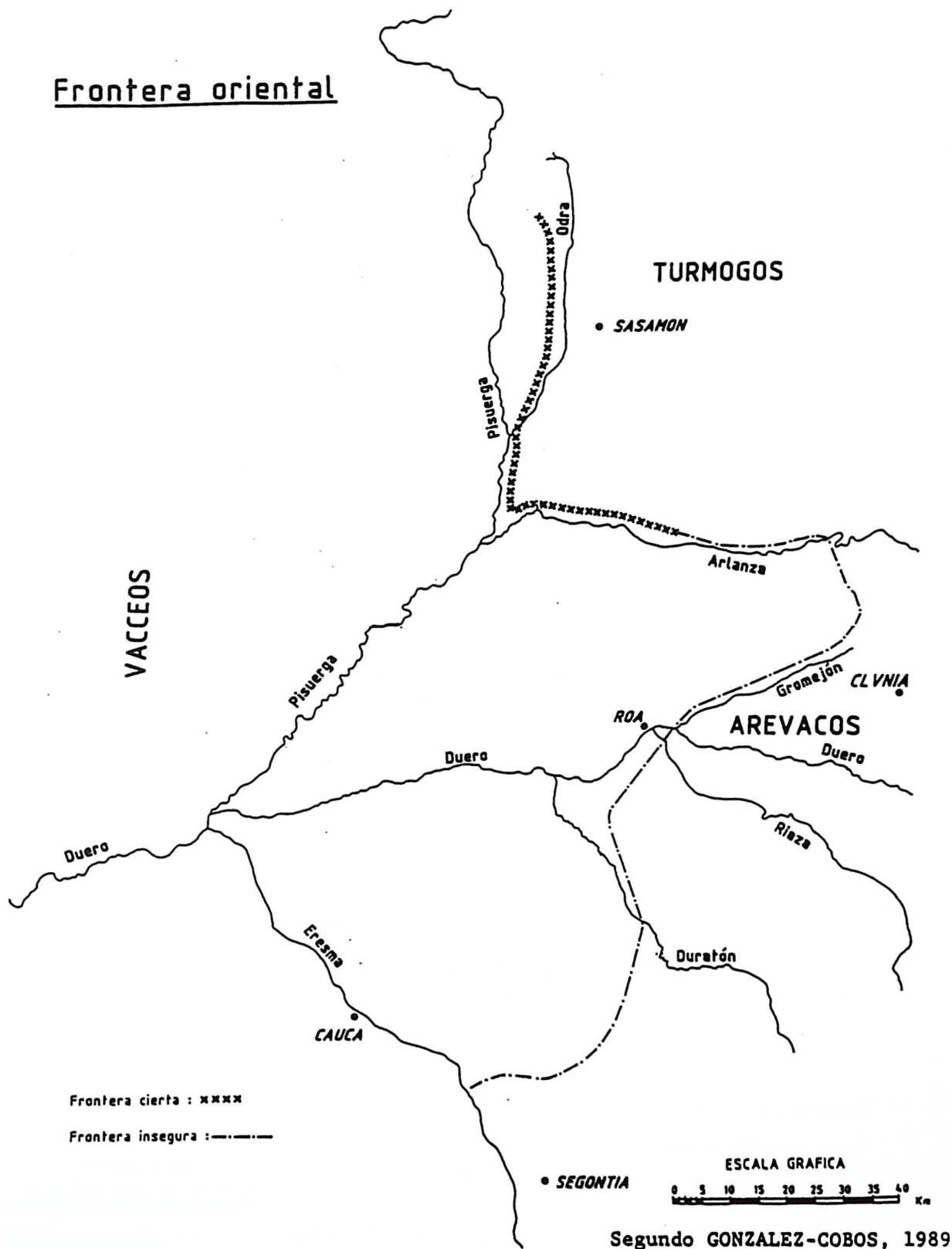
Territorio total



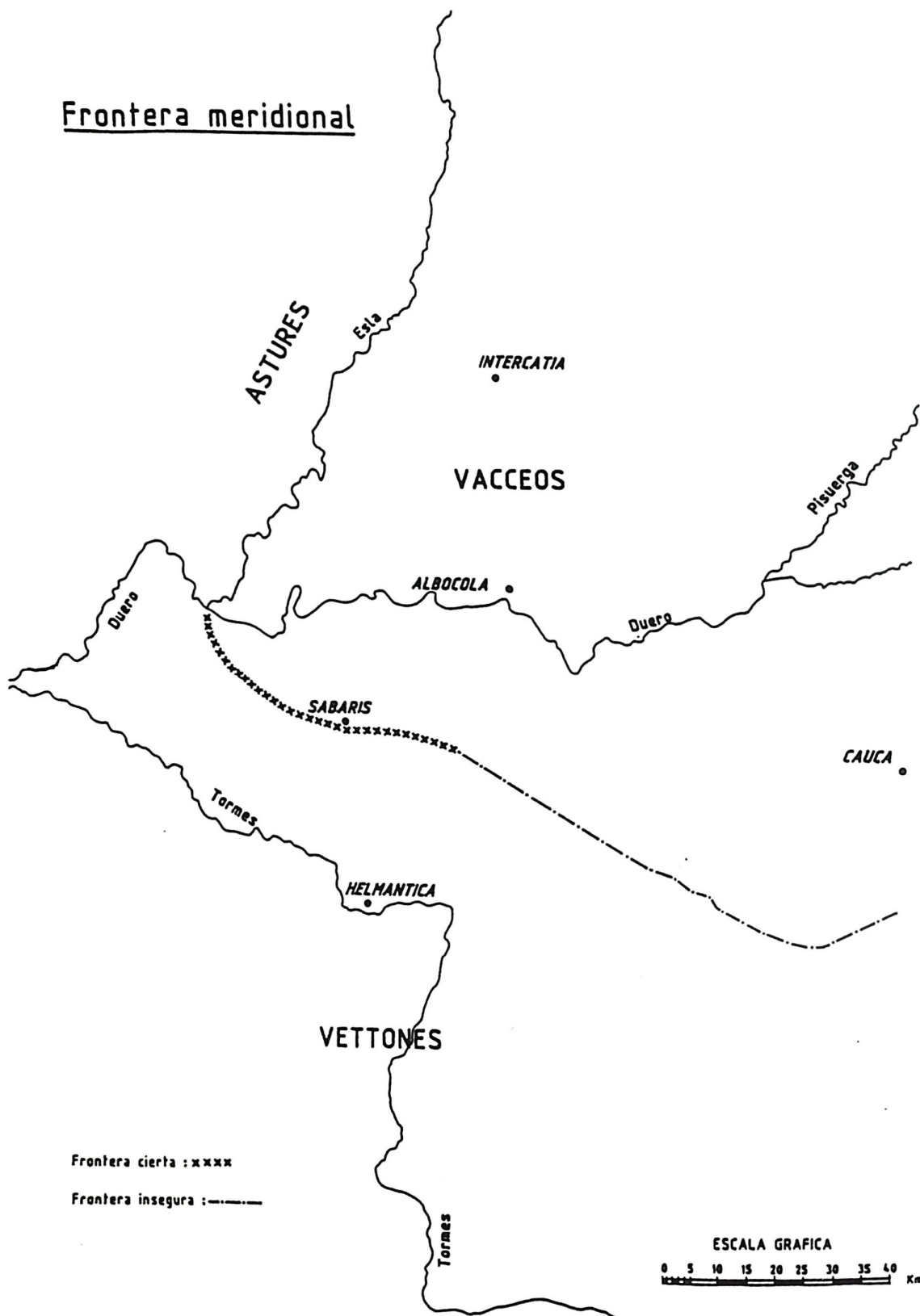
Frontera septentrional



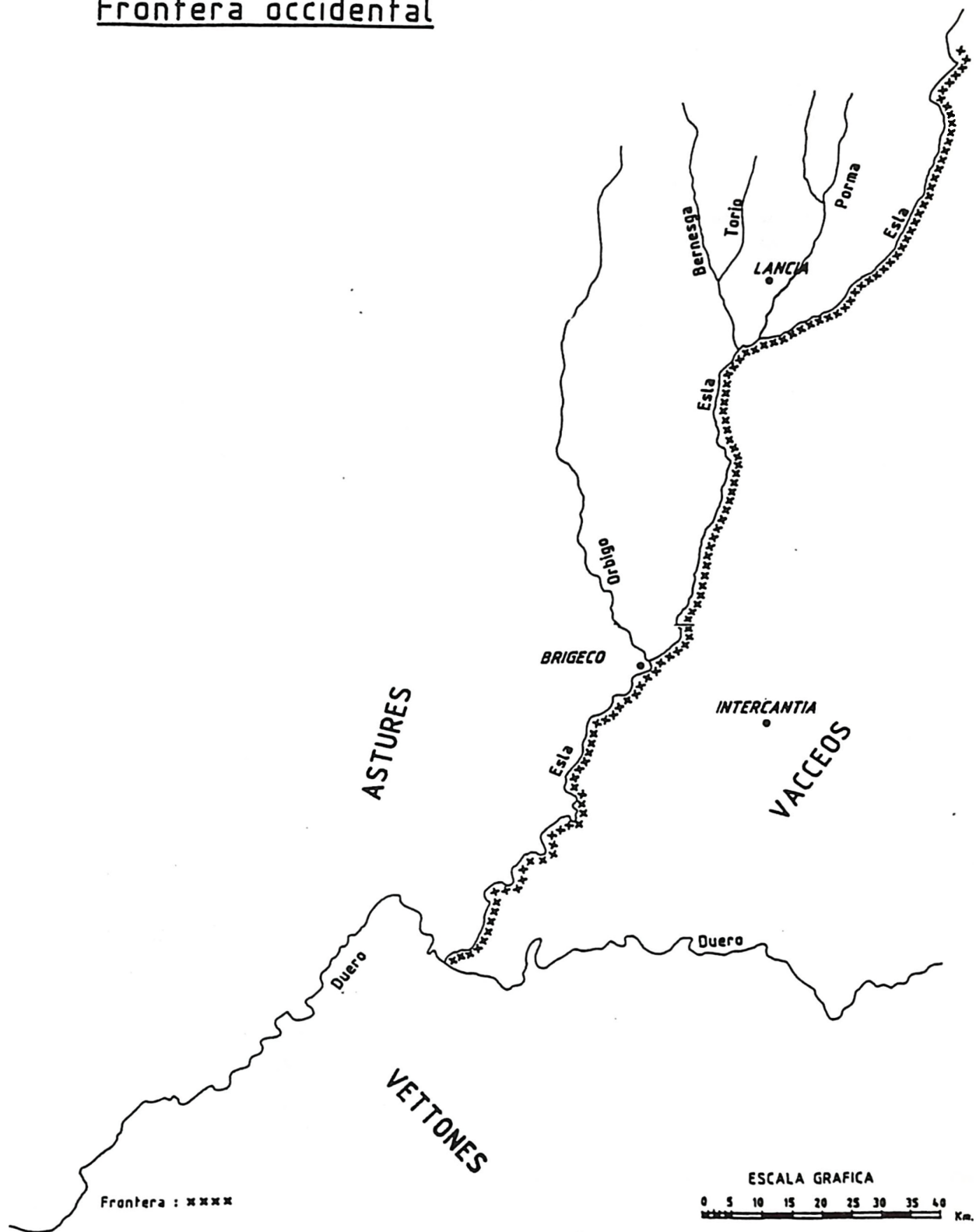
Frontera oriental



Frontera meridional



Frontera occidental



Segundo Gonzalez-Cobos, 1989

5. Organização Social Indígena: Organização Suprafamiliar e Unidades Gentílicas

5.1. Introdução

As sociedades pré-romanas indo-europeias da Península estavam organizadas ao estilo gentílico, que era uma estrutura de convivência social que devia ter tido a sua raiz nas sociedades europeias primitivas. Há três graus de organização gentílica: a mais elementar, a família; a mais directamente identificada, a *gentilitas*; a que engloba relações interpessoais de hierarquia superior, a *gens*. Não se desconhecem entre os povos do interior peninsular as confederações entre as gentes e que, mais tarde, com a chegada dos conquistadores cartagineses e romanos tomaram um vigor inusitado.

A Epígrafe, pouca mas muito eloquente, unida aos testemunhos epigráficos dos povos fronteiriços que mantêm relações fraternais e igualitárias com os Vaceus e as análises da onomástica vaceia, levam à conclusão de que entre os Vaceus existia uma estrutura gentílica com as características descritas (GONZALEZ-COBOS, 1989; 234).

A distribuição dos achados com inscrições com menção de gentes, gentilitatos e genitivos de plural indica que estes são muito escassos e além disso dispersos entre os Caristios, Autrigonos, Verones, Turmógidos, Vaceus e Lusitanos (GONZALEZ-COBOS, 1986, 111).

Segundo Tovar as gentilidades correspondem a povos das primeiras vagas indo-europeias, e estes seriam os Asturianos, Cântabros, Pelêndones, Carpetanos e Vetões fundamentalmente, povos de montanha e por isso em melhores condições para conservar durante muito tempo a sua própria organização de clãs, aos quais parece mais provável atribuir estas formas de organização social que aos Celtiberos em sentido estrito, se tivermos em conta a escassez de testemunho das gentilidades entre os Vaceus e outros grupos de Castilla la Vieja mais aparentados com eles e com os Arévacos que com os povos supostamente «pré-celtiberos» (ALBERTOS FIRMAT, 1975, 20).

É evidente que Plínio e os outros de que este tomava os seus dados percebiam a diferença de organização social existente entre os povos do interior em relação às áreas civilizadas do Levante ao Médio Oriente; esta diferença é a que vai da organização gentílica ao Estado territorial, na forma de cidades ou qualquer outra.

Plínio usa além de *populi* para os Cântabros, Várdulos, Turmogidos e Pelêndones, os termos de *oppida* para os Arévacos, e de *Civitates* para os Vaceus e Autrigones; todos estes termos, mais ou menos vagos, encobrem a mesma realidade, a organização em gentes ou em clãs com as suas diferenças de matiz, já que a vida urbana em alguns destes povos experimentava certo desenvolvimento, como entre os Arévacos, entre os quais se citam vários *oppida*.

As inscrições, das quais a maioria pertenceu aos Séculos I - III d.C., são a parte principal de que dispomos para o estudo da organização gentílica na Península Ibérica. Por elas sabemos que

os romanos denominaram organizações indígenas gentes e *gentilitates*, e que estas permaneceram com notável força nalgumas regiões até datas tão tardias como os séculos III e IV e inclusive mais tarde (SALINAS DE FRIAS, 1981, 34).

5.2. As Gentilitates

As *gentilitates* são unidades gentílicas suprafamiliares de carácter básico, formando uma unidade gentílica maior, ou seja, a gens (GONZALEZ-COBOS, 1986, 72).

A Epigrafia, as fontes literárias e as comparações etnológicas com outros povos da terra introduziram uma intensa complicação no achado do que pode ser a estrutura primogénita das populações peninsulares pré-romanas (GONZALEZ-COBOS, 1989, 65).

A maior dificuldade provém da multiplicidade de terminologias, pois os antigos são bastante coerentes no emprego de terminologias como *phyle*, *geneos*, *ethnos*, *gens*, *populus*, mas estas variam de significado segundo os contextos e o momento em que se usam (MANGAS MANJARRES, 1978, 355).

Também Caro Baroja abandona a terminologia de *tribu*.

A um historiador da Antiguidade e ainda mais se pretende ser historiador social, está, ou deve estar, vedado o usar os textos de modo impreciso e usar a palavra «tribu» como sinónimo de «nação», «gente», ou «povoação».

Porque a «tribu» romana, ou o equivalente na Grécia, é já uma época remota, legendária, o produto de uma reorganização sistemática dos regimes gentílicos anteriores baseados no parentesco unilateral, de uma repartição nova de territórios e de um agrupamento de «gentes» de distintas classes e origens», uma organização fundada em princípios políticos complexos e com fins próprios (CARO BAROJA, 1970, 14).

L. Albertos Firmat demonstrou que a abreviatura em forma de C invertido em muitas inscrições latinas não diz respeito a centuria, como normalmente se vinha designando, mas sim a *Castellum* (ALBERTOS FIRMAT, 68 e ss.).

Os estudos feitos sobre antroponímia, religiões e outros aspectos, baseados nas fontes literárias e na epigrafia latina, demonstram que no mundo pré-romano da península existia uma estrutura social diferente da que fora instaurada pelos conquistadores, mas as dificuldades para descrever a estrutura dos indígenas pré-romanos tornam-se maiores nos Vaceus, uma vez que a epigrafia é escassíssima, sobretudo se a compararmos com as regiões circundantes (GONZALEZ-COBOS, 1989, 63).

Além disso, a denominação romana respeita algumas estruturas com as suas terminologias, correspondentes, sobrepondo a elas novas distribuições e nomes como *civitas*, enquanto que abandonam ou omitem outras, como as referentes aos pactos tribais (GONZALEZ-COBOS, 1989, 65).

Os aspectos mais indiscutíveis são os reflectidos pela diferença entre gens e *gentilitas*. Também não se polemiza sobre a realidade inferior de carácter familiar. Um aspecto mais obscuro é a determinação das confederações entre distintas gentes, ainda que se reconheça com facilidade a sua vigência

em momentos de crise. Menos complexo é afirmar a união de cada organização suprafamiliar com divindades locais (GONZALEZ-COBOS, 1989, 67).

5.3. As Gens e as Gentilitas

As gens definem-se como o conjunto de todas aquelas pessoas que descendem por linha masculina de um antepassado comum, e se caracteriza principalmente pelo uso de um mesmo nome (*nomen gentilicium*), pela comunidade de culto, pela existência de uma sepultura comum (*sepulchra gentilicia*), por ser exógena e pelo princípio de solidariedade entre os seus componentes. Cada gens tem o seu conselho, os seus próprios costumes, tem direito a eleger os seus próprios magistrados e os seus componentes têm direito mútuo de herança dos bens dos membros falecidos.

O conteúdo etimológico e básico do término gens foi utilizado pelos autores latinos no sentido amplo e muito pouco concreto e usa-se geralmente para referir-se a um povo ou a grupos de povos, a populações em geral, a raça e a nações. De facto o valor que a palavra tinha entre os romanos com um significado preciso e características definidas têm vindo a ampliar-se e já têm servido para designar povos e a grupos de povos que tenham em comum um mesmo nome, uma mesma língua, habitem numa mesma área geográfica, tenham uns mesmos costumes e uma raiz étnica comum (GONZALEZ RODRIGUEZ, 1986, 87).

A lâmina de bronze aparecida em Astorga (cil, II, 2633), *Tessera Hospitalis*, texto que vai servir de guia para determinar a existência de duas unidades de organização suprafamiliar na Hispânia pré-romana, a gens e as *gentilitates*, que seriam englobadas pelos Romanos sem fazê-las desaparecer, segundo a nomenclatura mais territorial de *civitas/populus* (GONZALEZ-COBOS, 1989, 67-73).

Os términos gens, *gentilitas* e genitivos de plural fazem referência a unidades organizativas indígenas de maior ou menor amplitude caracterizadas por serem unidades parentais que actuam como unidades sociais dentro de uns limites territoriais definidos.

Ainda que os três aludam a unidades organizativas cujo princípio básico comum é o de estarem integrados por indivíduos unidos entre si por vínculos de parentesco, têm cada um valor concreto, definido e distinto em cada caso e não podem tornar-se equivalentes (GONZALEZ RODRIGUEZ, 1986, 112).

«*Tessera Hospitalis* do ano 14 da Era encontrada em Herrera de Pisuerga», que consta de duas partes muito distintas das quais a primeira corresponde ao ano 27 d.C. e a segunda ao ano 152 d.C..

Este texto vai servir de guia para determinar a existência de duas unidades de organização suprafamiliar na Hispânia pré-romana. A primeira parte do pacto não oferece dificuldades já que aparecem duas ou mais *gentilitates* que despegadas de um tronco original foram mais tarde outras gens e outras gentes (GONZALEZ-COBOS, 71-72).

M. L. Albertos classificou as *gentilitates* conhecidas até hoje na Hispânia distribuídas pelas províncias de : Lugo: 1; Orense: 1; León: 21; Astúria: 14; Santander: 3; Palencia: 10; Burgos: 24;

Vizcaya: 1; Aleva: 2; Navarra: 1; Logroño: 1; Soria: 24; Zaragoza: 8; Ibiza: 1; correspondente a um celtíbero; Fermel: 2; Cuence: 7; Gualajara: 9; Segovia: 19; Avila: 13; Madrid: 7; Toledo: 13; Cáceres: 5; Salamanca: 16; Cordoba: 1; que pode proceder de outro lugar; Portugal 2 (MANGAS MANJARES, 1980, 356).

Logicamente o número de gentes é menor, ainda que não se deve esquecer a redistribuição feita pelos romanos.

Só entre os Asturianos cita Plínio o Velho até 22 unidades inferiores, o que nos dá uma pista da candidatura global de gentes que podia haver em cada grupo etário.

De qualquer maneira há que esperar novos achados e investigações futuras para dar uma informação mais concreta tanto de distribuição como de número de organizações suprafamiliares (GONZALEZ-COBOS, 1986, 74).

Mas toda a organização gentílica é hierárquica e se à cabeça da fracção da propriedade comunal, há um *princeps*, o chefe, também o há à cabeça de subfracção e esta chefatura ou magistério não devia ser simplesmente honorífica, protocolar, sem conotações económicas, senão pelo contrário o seu poder económico tem de ser superior ao de outros dos seus *congentilles*, pelo que no momento de distribuição dos frutos da terra, havia quem recebesse mais do que outros e esta desigualdade estava em função do papel social de cada um no seio da subfracção (BLÁSQUEZ et alli, 1980, 94).

Dado que o termo *rex* aparece em 193 a.C. e 181 a.C., e não volta a surgir nas fontes e que os «caudillos» eleitos posteriormente são perfeitamente caracterizados como tais e se apresentam com o termo distinto de *strategos* ou *dux* o mais provável é que nos achemos em presença, com estas duas referências, de verdadeiros reis gentílicos (SALINAS DE FRIAS, 1981, 41-41).

Sabemos que o culto das divindades indígenas esteve ligado às *gentilitates*, de tal maneira que com frequência os lugares de culto se sobrepõem no mapa à distribuição daquelas (GONZALEZ-COBOS, 1986, 75).

O carácter destas divindades corresponde às formas mais primitivas de religião, estando vinculadas ao conjunto de crenças mágico-religiosas característica da sociedade organizada de maneira gentílica (SALINAS DE FRIAS, 1982, 73).

Apesar da falta de testemunhos mais abundantes entre povos como os Asturianos, os Cântabros, os Celtíberos, para os Vaceus não se legitima a hipótese histórica de que as organizações gentílicas fossem desconhecidas, pois a existência da epigrafia, muito perto da região vaceia, é uma hipótese favorável para concluir a existência de condições semelhantes nesta região (GONZALEZ-COBOS, 1986, 76).

O pacto dos Zoielas que corresponde aos Asturianos, foi achado em Astorga, não muito longe do limite ocidental vaceu.

Na fronteira oriental descobriu-se outra *tessera hospitalis*, a *Tessera de Herrera de Pisuergra do ano 14 d.C.*

6. Fontes Epigráficas

Tessera de Herrera de Pisuergra (BRAH, 159, 166, 165, 3 y 4). Data: 14 d.C.

Face A

SEX POMPEIO SEX APPVLEIO COS
K. AVGVSTIS
GARAEGIVS ET ABVANVS ET CAELIO MAG ET
SENATVS MAGGAVIENSES AMPARAMVN
NEMAIECANVM CVSABVRENSIVM
CIVITATE HONORARIA DONATA LIBERTOS
POSTEROSQVE ITA VOTA OMNIA ET EFECERVNT
FINIBVS MAGGAVENSIVM QVAE
CIVI MAGGAVIENSIVM

Face B

SEX . POMPEIO . SEX . APPVLEIO
COS. AMPARAMVS . NEMAICQ/////

////SABVRENSIS . HOSPITIVM . FECIT CVM
CIVITATE MAGGAVENSIVM . SIBI . LIBERTIS . LIBER
///SQVE . POSTEROSQ . EIVS . OMNIS . MAGGAVES
ES . IN . HOSPIT-IVM . FIDEM . CLIENTELAMQVER SVAM
SVORVMQVI . RECEPERT . EADEMQ . CONDITIONE
ESSET . QVIA . CIVI . PER . MAG . CAELIONE
ET . CARAEGIVM . ET ABVRNVM
ACTVM

Leitura da Face A

Sex(to) Pompeio Sex(to) Appuleio co(n)s(ulibus)
K(alendas) Augustis
Caregius et Abuanus et Caelio mag(istratus) et
Senatus Maggauenses Amparamum
Nemaiecanum Casaburensim
Ciuitate honoraria donata (liberos) libertos
posterisque ita uota omnia et fecerunt
finibus Maggau(i)ensium quae
ciui Maggauensi(u)m

Leitura da Face B

Sex(to) Pompeio Sex(to) Appuleio
co(n)s(ulibus). Amparamus Nemaeq(um)
[Cu] saburensis hospitium fecit cum
ciuitate. Magg(ui)ensium sibi, liberis liver
[t] isque posterisque suis eunque liberos
libertos posteros(que) eius omnis Maggau(i)e[n]s
es in hospitium, difem clientelamque suam
suorumqui receper[un]t eademq(ue) conditione
esset qua ciui. Per mag(istratus) Caelione(m)
et Caragium et Aburnum
actum.

Temos portanto, que no texto A a cidade dos Maggavienses dá a Amparamus a cidadania hono-
rária e concede aos seus, juntamente com os seus descendentes os mesmos direitos de que gozam
os Maggavienses.

No texto B Amparamus e os seus recebem os Maggavienses no hospício e clientela outorgando-
-lhes os mesmos direitos que têm ele e os seus.

A forma de expressar-se a presença de magistrados, senado, etc., reflecte a condição gentilícia
desses protagonistas do pacto.

Os testemunhos vicinais tornam-se mais eloquentes para os Vaceus, quando neles surge um membro
deste povo. É o que sucede com a lápide CIL II, 2786, achada em *Clunia* (Bugos) (GONZALEZ-
-COBOS, 1986, 81).

Lápida de Clina (Burgos, CIL II, 2786)

ATTVAE BOV
TIAE BOVTI F
INTERCATIENSI
AN XXXII
AIVS ANTONIVS
VXO S F C

Transcrição

Attuae Bou-
tiae, Bouti f(iliae)
Intercatiensi,
An(norum) XXXII,
Aius Antonius
uxo(ri) s(uae) f(aciendum) c(urauit)

Tradução

«Aius Antonius Preocupou-se em fazer este epitáfio para a sua esposa Attua Boutia, de 32 anos de idade, filha de Boutius, de *Intercatia*.

Lápida de Terragona (CIL II, 4233).

PAETINIAE PA
TERNAE PATERNI
FIL AMOCENSI CLVNIENS
EX GENTE CANTABRO
FLAMINIC P H C L AN
TONIVS MODESTVS
INTERCAT EX GENTE
VACCAEOR VXORI PI
EXTISS CONSENT P H C S P F

Transcrição

Paetinae Pa-
ternae, Paterni
fil(iae), Amocensi Cluniens(i)
ex gente Cantabro(rum)
flaminic(ae) P(rouinciae) H(ispaniae) C(iterioris),
L(ucius) Antonius Modestus
Intercat(iensis), ex gente
Vaccaeor(um), uxori pi
entiss(imae), consen(tiente) P(rouincia) H(ispania)
C(iteriore) S(ua) P(ecunia) F(ecit).

Tradução

«A Paetinia Paterna, filha de Paterno, Cluniense do povo cantábrico, esposa do «Flamen» da Província da Espanha Citerior, Lucio Antonio Modesto de Intercatia, do povo vacceu, a sua piedosíssima esposa, com o acordo da Província Espanha Citerior, o fez com o seu dinheiro.

Estamos perante dados bastante interessantes. Enumera-se além da cidade de *Amoca*, *Clunia* a gente cântabra e a cidade de *Intercatia*, da gente vaccia.

A forma de relacionar os nomes pessoais, de dar a filiação ou parentesco, está decalcada do estilo das *gentilitates*.

Podemos presumir que a estrutura das *gentilitates* dos Cântabros tinham o seu paralelo entre os Vaceus (GONZALEZ-COBOS, 1986, 81).

Tessera Hospitalis de Paredes de Nava (Palencia, CIL II 5763)

III NO(nas) MAR(tias)
IMP(eratore) CAESARE XIII CO(n)S(ule) ACCES LICIR
NI INTERCATIENSIS TESSEREM
OSPITALEM FECIT CVM CI
VITAE PALANTINA SIBI
ET FILIIS SVIS POSTERISQVE
ANENI AMENDI PER MAC(istratum)
ELAISICVM HOSPITIC AMMI
CAENECAENI.

Tradução

«No quarto dia das nonas de Março, sendo Consul pela 13.^a vez o Imperador Cesar, Acces, filho de Licirno, Intercatiense, efectuou «Tessera» de Hospitalidade com a cidade de «Palantia» para si, para seus filhos e sucessores.

De Anenio, filho de Ammedio, como magistrado dos Elaisicos, na hospitalidade de Ammio filho de Ceneceno».

Esta tessera reflecte toda a estrutura típica dos pactos entre formações de base gentilícia. Por outro lado citam-se dois núcleos importantes da vida vaceia, *Intercatia* e *Pallantia*.

Esta tessera apoia a ideia que os povos da Meseta, mais sedentários e mais em contacto com a zona originariamente Ibérica, se encontravam no momento da romanização numa fase de criação de unidades organizativas superiores, que dariam lugar às denominadas «civitates» pelos administradores de Roma. Isso explica que escasseie a epigrafia acerca das *gentilitates* dos Vaceus (GONZALEZ-COBOS, 1986, 83).

A Tessera Hospitalis de Montealegre de Campos (VALLADOLID)

L . IVLIO . VRSO . SERVIANO . III . PVBLIO
vivio . VARo . COS . V . NONAS . OCTOBRES
GRANIVS . SILO . ET . aemilivs . SAPIENVVS . ET
IVLIVS . PROCVLVS . TESSERAM . HOSPITA
LEM . PRO . MERITIS - ELAESI . OTTAE . AII

FLII . NOMINE . COGNATIONIS . MAGI
 LANCVM . AMALLOBRIGENSES . CAB
 RVMVRIA . ET . PALIGO - RENOVARVNT .
 CVM . SENATV . POPVLOQUE . CAVCEN
 SIVM . IN . PERPETVVM . SIBI . LIBERIS .
 POSTERISQVE . OMNIBVS . EORVM
 PER . LEGATOS
 M. VALERIVM . LENTVLVM . II . VIRVM
 ET . LVCIVM . SEMPRONIVM . QVADRATVM .

Tradução

«Sendo consules Lucio Julio Urso Serviano pela terceira Vez e Publio Vivio Varo, no quinto dia das nonas de Outubro, Granio Silón, et Emilio Sapieno e Júlio Próculo, em atenção aos serviços de Elaeso Otta, filho de Aio (E) em representação da comunidade dos Magilancos, os Amallobrigenses Cabrumuria e Paligón, renovaram o pacto de hospitalidade com o senado e o povo dos Caucenses a perpetuidade, para eles, para seus filhos e todos os seus descendentes.

A descoberta desta *tessera* em que aparecem mencionadas as *cognatio* que parecem referir-se às *gentilitates* é um contributo essencial para demonstrar que os Vaceus estavam organizados a nível suprafamiliar.

A tessera fala-nos dos representantes de Cauca, onde há gentilidades testemunhadas, o que nos dá uma melhor indicação de como eram as organizações suprafamiliares entre os Vaceus.

Neles sobressaiem as suas comprovadas tradições comunitárias.

Se a vida gentilicia tem que ver com costumes comunais, então não há dúvida que os Vaceus conheceram profundamente as estruturas das *gentilitates*.

Pela distinta evolução destas unidades parentais nas diferentes zonas e povos da área indo-europeia pode dizer-se que existe um desenvolvimento desigual na organização social indígena desta área.

Este desenvolvimento não só está presente entre povos distintos, como também no seio do mesmo povo.

Por esta mesma razão, em todos os povos nos quais existia tal forma de organização social, a mesma não se mantém igual.

Entre os Celtíberos citeriores, Lusitanos e Vaceus deixa de documentar-se nos dois primeiros séculos do Império, enquanto que entre Carpetanos, Celtíberos ulteriores, Vetões, Asturianos e Cântabros se documentam durante os séculos I ao III, chegando inclusive no caso dos Cântabros ao século IV (GONZALEZ RODRIGUEZ, 1986, 114).

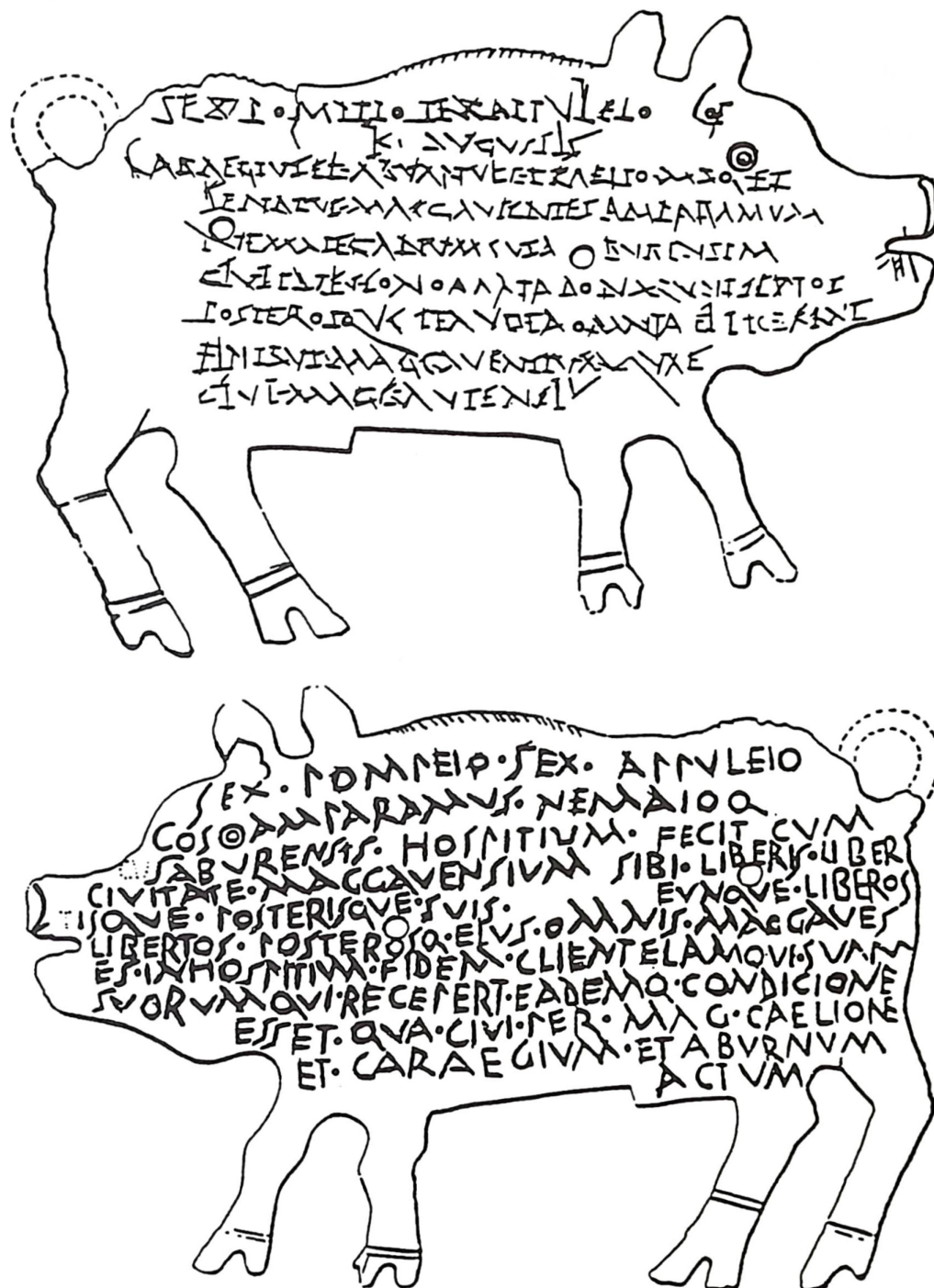


Fig. 1 y 2 — Anverso y reverso (lado A y B) de la Tessera Hospitalis de Herrera de Pisuergra, datada en el año 14 de la Era.

Segundo A. GARCIA Y BE.

Tésera hospital (tessera hospitalis) de Herresa de Pisuerga

(Versão portuguesa)

Por amabilidade do Professor Doutor Justino Mendes de Almeida

Anverso: No consulado de Sexto Pompeio e Sexto Apuleio.

No dia 1 de Agosto, os magistrados Carégio, Abuano e Celião e o Senado de Magávia concederam a Amparamo Nemeecano Cosaburense, (*filhos*), libertos e seus descendentes as honras de cidadão honorário, com todos os direitos de que gozam, no território de Magávia, os seus ciddãos.

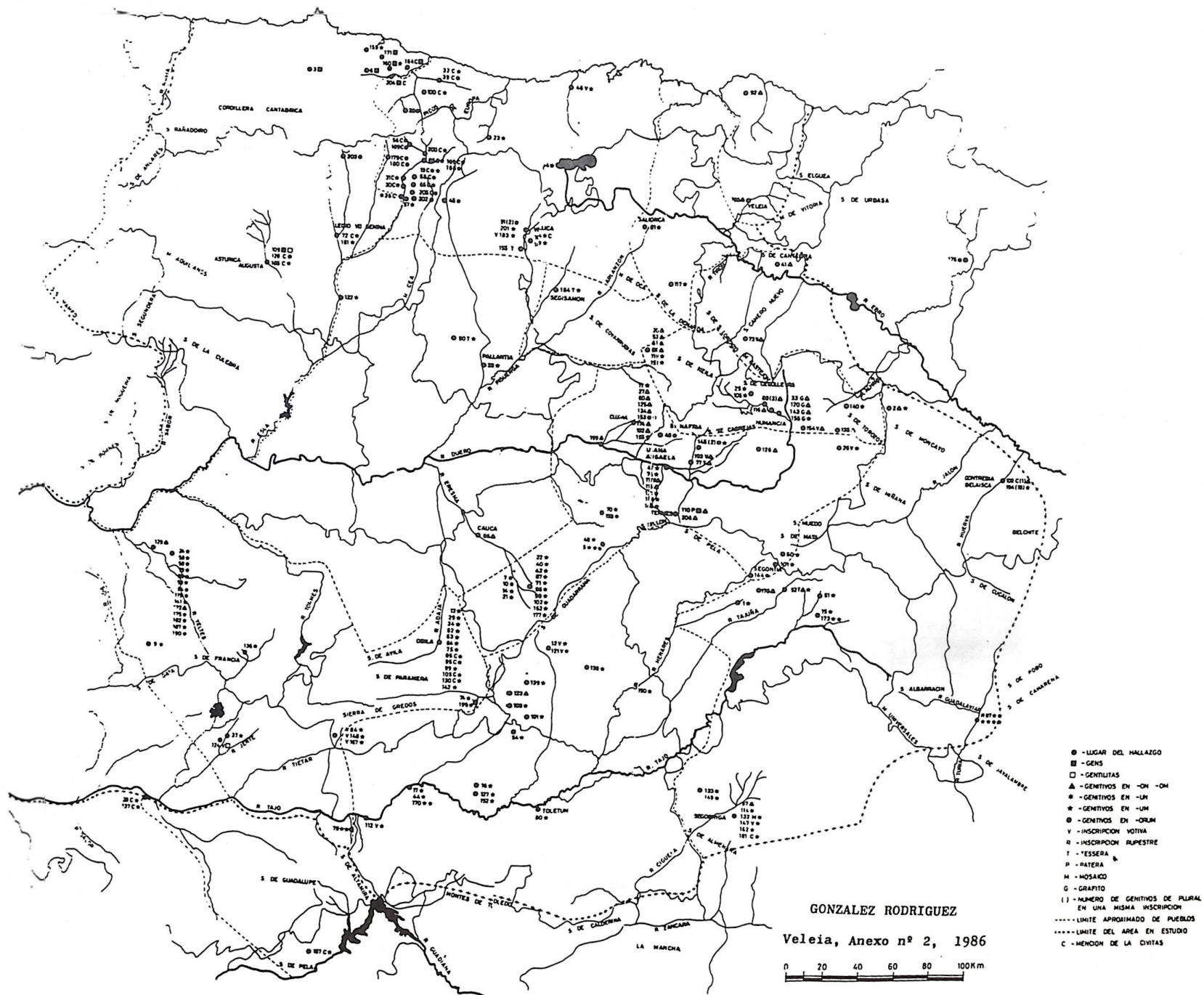
Reverso: No consulado de Sexto Pompeio e Sexto Apuleio.

Amparamo Nemeecano Cosaburense concedeu direitos de hospício e cidadania, que recebera dos Magavienses para si, filhos, libertos e seus descendentes, recebendo igualmente em hospício, fidelidade e clientela sua e dos seus todos os Magavienses, filhos, libertos e seus descendentes, nas mesmas condições dos seus concidadãos.

Feito pelos magistrados Celião, Carégio e Abuano.

Notas à tradução portuguesa:

1. Aos antropónimos terminados no nominativo em *-us* corresponde *-o* em português, enquanto aos terminados em *-o* corresponde *-do*: *Caregius*, *-ii*, *Carégio*: *Caelio*, *-onis*, *Celião*.
2. Aos ditongos *ai* e *ae* corresponde *e* no português.
3. Uniformizámos as traduções *Nemeecano* e *Abuano*, divergentes nos dois textos, sem dúvida por lapso do lapidicida ao qual se deve também atribuir a omissão de *liberos*, que traduzimos entre parênteses (*filhos*), no anverso.
4. A tradução é tão próxima, quanto possível, do latim, respeitando a sintaxe, de forma a originar um texto claro em português.
5. Optámos por *Magávia*, e não *Magávio*, por ser mais frequente o género feminino nestes topónimos, ainda que se trate de cidade até hoje não identificada.
6. *Amparamo* ou *Ampâramo*? Depende da quantidade da penúltima sílaba, que se desconhece.



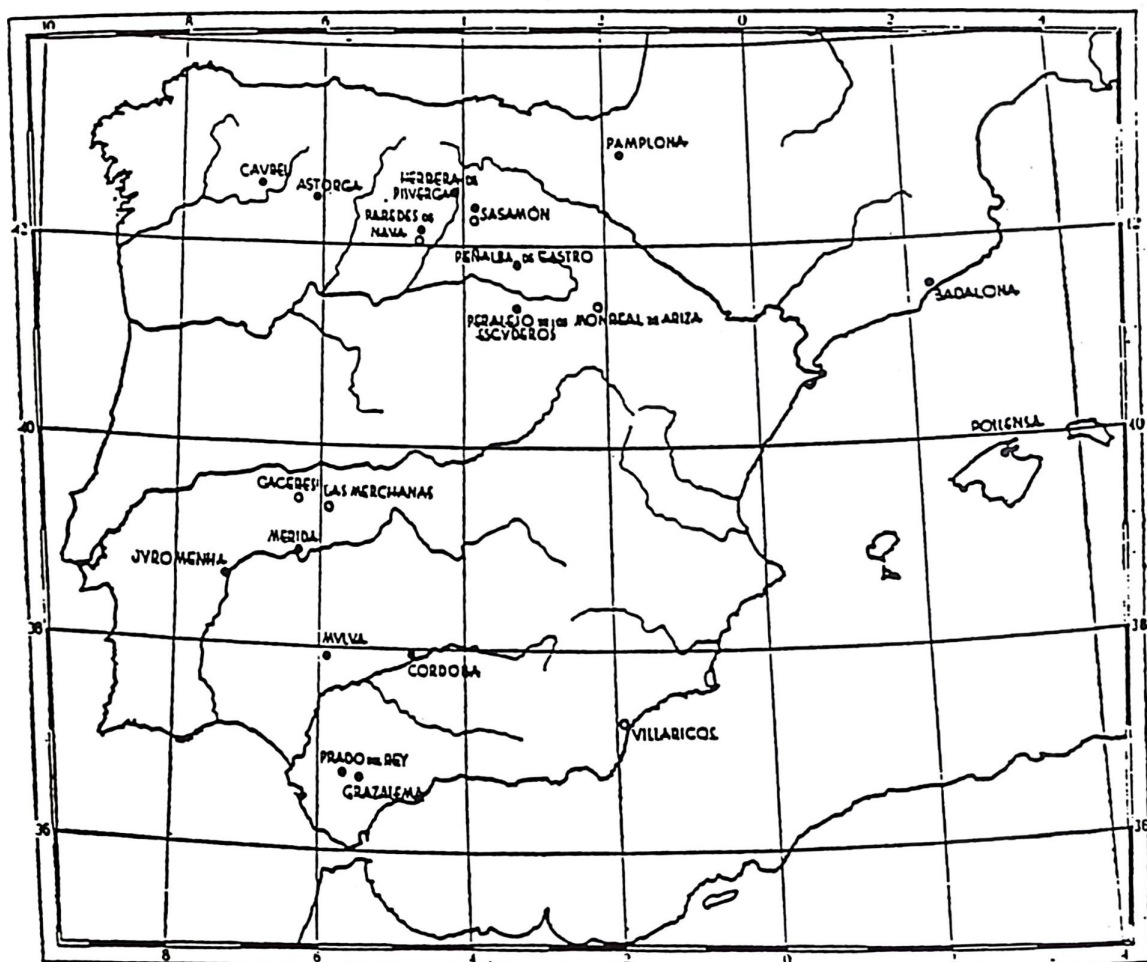


Fig. 17 — Distribución de las *Tesseræ Hospitales* halladas en *Hispania*. Puntos llenos: textos largos datados.
Círculos en blanco: textos cortos no datados.

Segundo A. GARCIA Y BELLIDO

7. Hospício e clientelas — Instituições Sociais

7.1. Hospício

As estruturas sociais pré-romanas baseavam-se em fortes vínculos de grupo, pois os grupos gentílios eram comunidades fechadas nas quais só tinham cabimento os membros aparentados descendentes de um antepassado comum.

As relações entre eles ou entre membros de um grupo com outros grupos, tinham que dar-se segundo a personalidade própria de cada um.

As *gentilitates* que faziam parte de uma mesma *gens* constituíram-se isoladas entre si. Quando por alguma razão se queriam estabelecer laços de aliança entre estes grupos e os seus membros, faziam-se por meio de pactos de hospitalidade, *hospitium*, que convertiam em hóspedes, *hospites*, mútuos aos que contraíam este pacto, segundo os costumes de hospitalidade generalizados nas sociedades organizadas à maneira *gentilicia*.

Os grupos ou indivíduos que estabeleciam pactos deste tipo adquiriram os mesmos direitos, isto é, criava-se uma comunidade entre eles, ainda que os grupos actuates destes pactos pudessem conservar a sua personalidade própria, realizando-se em plano de igualdade (VIGIL, PASCUAL, 1971, 261-262).

Esta instituição social trata fundamentalmente de acolher o estrangeiro ou o «exilado» e com ele tencionava-se provavelmente acabar com a hostilidade e falta de comunicação entre as distintas unidades *gentilicias*.

A administração romana introduziu variantes que converteram aqueles clássicos pactos em tratados de respeito e mútua concórdia, testemunhadas nas tesseras de hospitalidade.

Existiam duas classes de *hospitium*, embora haja a possibilidade de mais. Nuns era todo um povo que garantia a um indivíduo o disfrutar dos direitos e benefícios da comunidade, noutras e um indivíduo muito importante como *Amparamus*, protagonista da tessera, achada em Heri de Pisuerga, o que conferia a uma comunidade «menor» os privilégios representados por (BALL, A., 1976, 263).

No entanto poderia estabelecer-se outra dupla divisão dos *hospitium* na Hispânia pré-romana: uma testemunhada por Diodoro (5, 34) em que os *hospites* não estavam obrigados, a dar mais garantias que as prováveis sanções punitivas da divindade. O segundo seria o que se deduz das *tesserae* que marcavam uma série de direitos e obrigações para os componentes do pacto (BLÁSQUEZ, J., 1977, 416).

São muitos os testemunhos que nos falam das características próprias do *hospitium*, nos pré-romanos hispânicos, muito similares às relações e hospitalidade que eram vigentes entre os Romanos.

Para confirmar a existência do *hospitium* na região vaceia, de acordo com a tese da estrutura da mesma, temos a inscrição CIL, II, 5763, em que *Acces* faz pacto de hospitalidade com *Pallantia*. Está redigida em latim e tanto os nomes pessoais como os que pactuam com os magistrados são puramente indígenas (GONZALEZ-COBOS, 1986, 125).

No pacto de hospitalidade do ano 14 d.c. de Herrera de Pisuergra e no pacto dos Zoelas, acham-se sinais dos costumes indígenas do *hospitium* e marcas da sua inclinação à *clientela*, que era mais própria do estilo romano, evolução que deve ter surgido por causa das diferenças económicas entre indivíduos e grupos ou entre grupos maiores e menores, uma vez que as modificações introduzidas pela conquista romana que facilitavam, novos achados de dependência fora das relações familiares ou gentilicias situavam uns grupos indígenas acima de outros (GONZALEZ-COBOS, 1986, 125-126).

O caso mais notório de um modelo evolucionado do *hospitium* à *clientela* seria o de Peñalba de Castro (CIL, II, 5792. VIGIL, M., 416-17).

7.2. Clientela

Clientela é a segunda instituição em importância e em sobrevivência na Hispânia dos indígenas e também entre os Vaceus.

Existem três tipos de clientela: a individual, a colectiva e a militar. Há testemunhos abundantes que possibilitam a afirmação destas clientelas em toda a península, e não só na área vaceia, mas tão pouco há que ignorar o facto de que entre elas há muitas inter-relações. As clientelas individuais têm frequentemente carácter militar, e é difícil por vezes distinguir entre uma clientela individual e uma colectiva, devido ao grande número de indivíduos submetidos ao serviço de um determinado chefe indígena ou general romano e sem esquecer que estes representam por sua vez uma colectividade distinta, como a declara o *Senatus Populusque Romanus* dos brasões militares e civis da Roma Imperial (GONZALEZ-COBOS, 1986, 127).

As clientelas individuais são aquelas em que determinados indivíduos se comprometiam com outros e só com eles sem comprometer o seu grupo, em troca de certas condições, cujo não cumprimento originaria a rotura do pacto.

Os clientes não só se movem por sentimentos de admiração e gratidão, como também pela necessidade legítima de protecção que se estendia ao chefe protector.

O pacto de clientela além de caducar pela falta de promessas feitas terminava com a morte do seu máximo representante. Tinha por testemunhas os deuses e ameaçava-se acudir-lhes se alguém rompesse o juramento (GONZALEZ-COBOS, 1986, 129-30).

As clientelas colectivas deveriam ter a sua origem nos pactos entre os indígenas (Livio, XXI, 7). Não é nada inverosímil que surgissem pelo aparecimento de diferenças de poder e de economia entre os grupos, o que teria provocado que alguns pactos de hospitalidade fossem pouco a pouco adquirindo um significado de dependência de um grupo a outro grupo (VIGIL, M., 262).

As clientelas ibéricas distinguem-se das romanas. Nas primeiras as partes actantes têm um compromisso recíproco, isto é, os seus pactos têm carácter bilateral, onde todos se comprometem a cumprir os acordos sob pena de pôr em perigo a existência do pacto, enquanto que nas segundas

o seu funcionamento era unilateral no estabelecimento das condições e o cliente deveria seguir ao serviço do «patrono» ainda que este faltasse aos termos do pacto (GONZALEZ-COBOS, 1986, 131).

As clientelas militares embora não surjam primordialmente com fins militares, são em maior número devido às guerras e lutas que os indígenas mantiveram frente aos conquistadores.

8. Conclusão

Os estudos sobre os Vaceus têm levantado grandes dificuldades aos investigadores deste povo, principalmente devido à escassez de investigação feita tanto na perspectiva histórica, arqueológica, como na económica, epigráfica ou militar.

Por outro lado as fontes do conhecimento histórico dos Vaceus, tanto literárias como epigráficas são escassas. Tudo isto contribuiu para que ao contrário dos avanços feitos ultimamente no conhecimento de outros povos pré-romanos e na influência da romanização sobre eles, como os Asturianos, Cântabros, Vetões, Centíberos, o dos Vaceus não se realizou.

A última obra sobre os Vaceus da Prof. Gonzalez-Cobos pôs fim a esta lacuna na história dos povos pré-romanos da Hispania, ao apresentar características fundamentais da organização e cultura do povo Vaceu, o processo da conquista do mesmo pelos Romanos e a sociedade resultante dessa conquista com as suas características que compartilha com os outros povos romanizados da área indo-europeia da Península.

Por outro lado, a descoberta da Tessera de Montealegre de Campos (Valladolid), confirma a existência de gentilidades entre os Vaceus, como entre os restantes povos Celtas da Península Ibérica.

9. Bibliografía

- Albertos Firmat — *Organizações Suprafamiliares en la Hispânia Antigua*. Studia Archaeologica 37, Valladolid, 1975.
- Balil, A. — *Nueva História de España en sus Textos. Prehistoria y Edad Antigua*. Santiago de Compostela.
- Blasquez, J.M. — *Imagen y Mito. Estudio sobre religiones Mediterráneas e Ibéricas*. Madrid, 1977.
- Blasquez, J.M.; Francisco Presedo; Javier Lamas; Fernandez Nieto — *História de España Antigua, tomo I, Protohistoria*. Ediciones Catedra, S.A. Madrid, 1980.
- Caro Baroja — *Organización Social de los Pueblos del Norte de la Península Ibérica en la Antigüedad*. Legio VII Gemina, León, 1970.
- García y Bellido, A. — *Tessera Hospitalis*. Boletim de la Real Academia de la Historia, Vol 159, 1966, 164.
- García y Bellido, A. — *Tessera Hospitalis de Herrera de Pisuerga do ano 14 d.C.* Boletim de la Real Academia de la Real Academia de la Historia, Vol 159, 1966, 165.
- García y Bellido, A. — *Tessera Hospitalis do ano 2 d.C. de Paredes de Nova, Palencia*. Boletim de la Real Academia de la Historia, Vol 159, 1966, 166.
- Gonzalez-Cobos, A. — *Los Vacceos*. Salamanca, 1989.
- Gonzalez Echegaray y J. — *Los Cántabros*. Madrid, 1966.
- Gonzalez Rodriguez, M.C. — *Las Unidades Organizativas Indígenas del Área Indoeuropea de Hispânia*. Veleia, Revista de Prehistória, História Antigua, Arqueologia, Filologia Clásicas, Anejo n.º 2, Vitoria, 1986.
- Mangas, J. e Solana, J.M. — *Romanización y Germanización de la Meseta Norte*. História de Castilla y León, 2 Valladolid, 1985.
- Mangas Manjares, J. — *Hispânia Romana*. Barcelona, 1980.
- Montenegro, A. — *La Tessera Hospitalis del año 134 a.C. hallada en Montealegre y el Municipio romano de Cauca*, Actas del I congreso de História de Palencia, 1987, 517-528.
- Salinas de Frias, M. — *La Organización Tribal de los Vettones*. Salamanca, 1982.
- Salinas de Frias, M. — *Estudio sobre la Organización Social y Económica, la Religión y instituciones de los Celtíberos*. Universidad de Salamanca 1981. Tesis Doctoral Mecanografiada.
- Salinas de Frias, M. — *Conquista y romanización de Celtiberia*. Salamanda, 1981.
- Santos Yanguas, J. — *Comunidades indígenas y administración romana en el Noroeste Hispánico*, Vitoria, 1984.
- Schulten, A. — *Fontes Hispaniae Antiquae*, Fasc. I-IV, Barcelona 1922-52.
- Tovar Llorente, A. — *Linguística y Arqueología sobre los pueblos primitivos de España*, Raíces de España, p. 213-252, Madrid, 1967.